

CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.

**Demonstrações financeiras individuais
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais	14

Relatório da Administração

O Centro Clínico Gaúcho Ltda. é uma operadora de plano de saúde com sede em Porto Alegre/RS e faz parte do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica. O Grupo atua majoritariamente no sul e sudeste do país para o segmento de saúde e odontológico. A cultura do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

1. Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com o definido no contrato social da Operadora.

2. Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da sociedade e no resultado do exercício.

Capacidade Financeira

A Operadora finalizou o ano de 2025 com R\$ 95.450.822,10 em caixa (R\$ 106.503.926,39 em 2024) sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas. A Operadora possui intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento.

A Operadora dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a ANS e seus fornecedores.

Performance do resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 437.859.116,78 em 2025 (R\$ 423.024.143,79 em 2024), um aumento de 3,39% em comparação ao exercício anterior.

Os eventos indenizáveis totalizaram R\$ 415.349.709,90 em 2025 (R\$ 355.449.270,35 em 2024), um crescimento de 14,42% em comparação com o exercício anterior.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 32.536.570,91 em 2025 (R\$ 40.234.005,63 em 2024), uma redução de 23,66% em comparação com o exercício anterior.

As despesas comerciais totalizaram R\$ 13.963.363,48 em 2025 (R\$ 11.268.958,62 em 2024), um crescimento de 19,30% em comparação com o exercício anterior.

O prejuízo líquido totalizou R\$ 19.843.631,69 em 2025 em comparação ao lucro líquido de R\$ 15.595.610,69 em 2024.

3. Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto.

A Operadora não possui participação ou controle direto ou indireto em sociedades no exercício 2025.

4. Perspectivas e planos da Administração para os exercícios seguintes:

Para 2026, a Operadora tem como objetivo refinar seus processos internos, com foco na continuidade de seu desenvolvimento tecnológico e administrativo. A Administração



Centro Clínico Gaúcho Ltda.

Demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2025.

planeja implementar iniciativas que visem aprimorar a eficiência de custos, garantindo simultaneamente a manutenção da qualidade assistencial e a acessibilidade aos cidadãos brasileiros. Além disso, será priorizada a capacidade da equipe e a adoção de inovações que contribuam para um atendimento mais eficaz e humanizado, alinhado às melhores práticas do setor de saúde. Essas ações visam fortalecer a posição da Operadora no mercado e promover um crescimento sustentável a longo prazo.

5. Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocado, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

No exercício de 2025, a Operadora investiu R\$ 150.834,00 em atividades de investimento.

6. Resumo dos acordos de acionistas

Não há acordo de acionistas para Operadora.

7. Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Operadora atua com foco na assistência e no acesso dos seus beneficiários aos produtos e serviços comercializados, orientados pela qualidade e segurança assistencial e com equilíbrio econômico e financeiro.

A Operadora atua para o cumprimento dos acordos comerciais e das suas obrigações junto aos seus fornecedores, prestadores de serviços, colaboradores, parceiros e demais, com histórico de adimplência e liquidez que sustente essa operação com geração própria de caixa suficiente para a sua manutenção e investimentos, sem ofender os vencimentos pactuados e possibilitar a continuidade da Operadora.

8. Emissão de debêntures

A Operadora não emitiu debêntures no exercício de 2025.

9. Investimentos da Companhia em sociedades coligadas e controladas e mencionar as modificações ocorridas durante o exercício

A Operadora não possui sociedades coligadas e controladas no exercício 2025.

10. Declaração de não ocorrência de operações suspeitas

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11 da Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Considerações finais

A Operadora, e o Grupo Hapvida NotreDame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar



Centro Clínico Gaúcho Ltda.

*Demonstrações financeiras individuais em
31 de dezembro de 2025.*

possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Operadora reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2025 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Administração.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Sócios da entidade
CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.
CNPJ 00.773.639/0001-00
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2026.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC PR-004.552/O-5 S/CE

CVM 7862



Assinado de forma
digital por
CHARLES ANDRE
ROVIGO:00625101
936

CHARLES ANDRÉ ROVIGO

CRC PR-042.964/O-6 S/CE

CPF 006.251.019-36

CNAI 2908

Centro Clínico Gaúcho Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31 de dezembro de	
		2025	2024
ATIVO CIRCULANTE		157.136.830,20	152.745.099,02
Disponível		9.144.545,84	22.528.384,57
Realizável		147.992.284,36	130.216.714,45
Aplicações Financeiras	4	86.197.615,14	83.975.541,82
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		86.197.615,14	81.674.330,42
Aplicações Livres		-	2.301.211,40
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	5	22.351.140,11	8.659.395,94
Contraprestação Pecuniária a Receber		20.689.483,11	8.086.525,96
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis		1.345.253,77	572.869,98
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		4.104.697,00	537.280,03
Despesas Diferidas	6	3.281.157,60	3.547.414,72
Créditos Tributários e Previdenciários	7	16.905.480,27	17.536.649,30
Bens e Títulos a Receber	8	14.546.866,39	15.840.378,05
Despesas Antecipadas		605.327,85	120.054,59
ATIVO NÃO CIRCULANTE		546.379.624,85	482.410.893,67
Realizável a Longo Prazo		275.833.986,06	195.247.984,58
Aplicações Financeiras	4	108.661,12	3.272.343,22
Aplicações Livres		108.661,12	
Títulos e Créditos a Receber	10	3.371.942,13	3.272.343,22
Despesas de comercialização diferidas	6	3.948.093,47	2.348.568,30-
Ativo Fiscal Diferido	9	36.558.024,05	26.356.551,13
Depósitos Judiciais e Fiscais	18	78.992.163,96	39.036.468,29
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo	11	152.855.101,33	124.234.053,64
Imobilizado	12	267.411.384,08	277.394.773,82
Imóveis de Uso Próprio		4.915.367,54	5.258.807,39
Hospitalares / Odontológicos		3.723.793,36	3.977.580,10
Não Hospitalares / Odontológicos		1.191.574,18	1.281.227,29
Imobilizado de Uso Próprio		122.399.503,40	122.286.955,80
Hospitalares / Odontológicos		114.875.868,13	114.224.557,90
Não Hospitalares / Odontológicos		7.523.635,27	8.062.397,90
Imobilizações em Curso		826.205,01	5.588.456,21
Outras Imobilizações		1.664.078,80	203.884,40
Direito de Uso de Arrendamentos		137.606.229,33	144.056.670,02
Intangível	13	3.134.254,71	9.768.135,27
TOTAL DO ATIVO		703.516.455,05	635.155.992,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



	NOTA	31 de dezembro de	
		2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE		146.388.971,05	120.958.782,94
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14	96.773.999,58	68.370.352,69
Provisão de Contraprestações		3.127.495,17	2.776.190,06
Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)		3.127.495,17	2.776.190,06
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		48.807.533,65	23.270.477,92
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		22.550.644,09	18.090.712,34
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		22.288.326,67	24.232.972,37
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	15	340.675,15	406.838,54
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		319.851,35	379.820,58
Comercialização sobre Operações		7.509,35	27.017,96
Operadoras de planos de assistência à saúde		13.314,45	-
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	4.585.167,64	7.282.178,88
Débitos Diversos	17	44.689.128,68	44.899.412,83
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		253.867.679,94	215.093.774,00
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	14	24.761.194,01	1.358.927,38
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS		24.761.194,01	1.358.927,38
Provisões		73.126.455,50	59.763.828,09
Provisões para Tributos Diferidos		196.216,56	196.216,56
Provisões para Ações Judiciais	18	72.930.238,94	59.567.611,53
Débitos Diversos	17	155.980.030,43	153.971.018,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL	19	303.259.804,06	299.103.435,75
Capital Social		400.939.508,00	375.939.508,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		7.000.000,00	8.000.000,00
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		(104.679.703,94)	(84.836.072,25)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		703.516.455,05	635.155.992,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



Centro Clínico Gaúcho Ltda.*Demonstrações dos Resultados**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**(Valores expressos em Reais)*

	NOTA	31 de dezembro de	
		2025	2024
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		437.859.116,78	423.024.143,79
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		442.449.317,34	434.682.377,56
Contraprestações Líquidas	20	442.449.317,34	434.682.377,56
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.590.200,56)	(11.658.233,77)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	21	(415.349.709,90)	(355.449.270,35)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(417.294.355,60)	(358.433.729,85)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		1.944.645,70	2.984.459,50
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		22.509.406,88	67.574.873,44
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		29.730.542,98	31.403.143,76
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	22	11.248.972,16	5.190.544,61
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		9.333.202,36	5.190.288,98
Outras Receitas Operacionais		1.915.769,80	255,63
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(1.313.113,79)	(407.342,25)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(32.471.169,45)	(38.256.470,27)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(5.747.441,17)	(2.267.273,50)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		-	-
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde		-	40.179,07
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(26.723.728,28)	(36.029.375,84)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relacionadas. Com Planos de Saúde da Operadora		(9.664.795,41)	(2.663.725,09)
Resultado Bruto		20.039.843,37	62.841.024,20
Despesas de Comercialização	23	(13.963.363,48)	(11.268.958,62)
Despesas Administrativas	24	(32.536.570,91)	(40.234.005,63)
Resultado Financeiro Líquido			
Receitas Financeiras	25	24.856.882,06	26.646.342,61
Despesas Financeiras	25	(28.651.674,79)	(10.497.100,78)
		(3.794.792,73)	16.149.241,83
Resultado Patrimonial			
Receitas Patrimoniais		409.626,85	117.998,10
Despesas Patrimoniais		(21.096,59)	(10.162,81)
		388.530,26	107.835,29
Resultado antes dos Impostos e Participações		(29.866.353,49)	27.595.137,07
Imposto de Renda	9	(123.717,18)	(83.737,29)
Contribuição Social	9	(55.033,94)	(30.145,43)
Impostos Diferidos	9	10.201.472,92	(11.885.643,66)
		10.022.721,80	(11.999.526,38)
Resultado Líquido		(19.843.631,69)	15.595.610,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

Centro Clínico Gaúcho Ltda.*Demonstrações dos Resultados Abrangentes**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**(Valores expressos em Reais)*

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Resultado líquido	(19.843.631,69)	15.595.610,69
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(19.843.631,69)	15.595.610,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



Centro Clínico Gaúcho Ltda.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)



	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	375.939.508,00	-	(100.431.682,94)	275.507.825,06
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.000.000,00	-	8.000.000,00
Resultado do exercício	-	-	15.595.610,69	15.595.610,69
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	375.939.508,00	8.000.000,00	(84.836.072,25)	299.103.435,75
Aumento de capital	25.000.000,00	(1.000.000,00)	-	24.000.000,00
Resultado do exercício	-	-	(19.843.631,69)	(19.843.631,69)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	400.939.508,00	7.000.000,00	(104.679.703,94)	303.259.804,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.



Centro Clínico Gaúcho Ltda.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Direto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)



	31 de dezembro de	
	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	457.170.764,94	444.952.391,81
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	359326462,60	513.440.104,47
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	68.278,97	18.942.300,86
(+) Outros Recebimentos Operacionais	5.292.380,70	206.748,36
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(282.918.050,51)	(254.590.000,94)
(-) Pagamento de Comissões	(11.154.217,71)	(9.577.446,85)
(-) Pagamento de Pessoal	(63.138.408,79)	(55.203.604,71)
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(39.532.696,09)	(60.568.571,85)
(-) Pagamento de Tributos	(44.548.918,10)	(47.541.734,33)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(24.796.366,08)	(22.915.851,51)
(-) Pagamento de Aluguel	(12.169.769,76)	(10.160.190,22)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(377.013,08)	(39.321,40)
(-) Aplicações Financeiras	(351.795.019,75)	(504.819.674,03)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(20.271.872,76)	(18.051.365,30)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(28.844.445,42)	(5.926.215,64)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	24.000.000,00	8.000.000,00
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	(4.118.844,94)	(937.107,20)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(3.225.402,01)	(707.094,29)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(162.358,56)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	16.493.394,49	6.355.798,51
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	(26.283,54)	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(1.006.504,26)	(31.220,14)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(1.032.787,80)	(31.220,14)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		
	(13.383.838,73)	398.362,73
CAIXA – Saldo Inicial	22.528.384,57	22.130.021,84
CAIXA - Saldo Final	9.144.545,84	22.528.384,57
Ativos Livres no Início do Período (*)	24.829.595,97	34.576.525,99
Ativos Livres no Final do Período (*)	9.253.206,96	24.829.595,97
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	(15.576.389,01)	(9.746.930,02)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

1. Contexto Operacional

O CENTRO CLÍNICO GAÚCHO LTDA. (Operadora), pessoa jurídica de direito privado, com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará na Avenida Heráclito Graça, nº 406, Centro, CEP 60140-060, é uma operadora de planos de saúde, fundada em 20 de maio de 1995, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob nº 39.280-4, que atua na comercialização de planos privados de assistência à saúde, através de serviços próprios e de terceiros em nível ambulatorial e hospitalar, firmando convênio com pessoas físicas e jurídicas, na modalidade de pré-pagamento ou de prestação de serviços.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

<u>Quotista</u>	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>(%)</u>
CCG Participações S.A.	400.939.508	100,00%

A Administração avaliou a capacidade da Operadora continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 26 de fevereiro de 2026.

2. Outros assuntos

2.1. Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Operadora promove um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Operadora trabalha para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos.

Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está



relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Operadora.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram identificados pela Administração da Operadora impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras da Operadora, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2. Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências: uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Em relação à regulamentação infraconstitucional, a Lei Complementar nº 214, oriunda do PLP 68/2024, foi sancionada em 16 de janeiro de 2025. Esta lei institui a CBS, o IBS e o IS, definindo fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas, além de formalizar a criação do Comitê Gestor do IBS.

Recentemente, o segundo pilar da regulamentação (PLP nº 108/2024), que dispõe sobre a gestão e administração do IBS e o funcionamento do Comitê Gestor, foi aprovado pelo Congresso Nacional ao final de 2025 e sancionado em 13 de janeiro de 2026, convertido na Lei Complementar nº 227/2026.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos, a partir do início do período de transição, serão mensurados conforme a implementação gradativa das alíquotas e regulamentações acessórias. Consequentemente, não há efeitos de mensuração decorrentes da Reforma nas demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro de 2025.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As



demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 528 de 29 de abril de 2022.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços:

- Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado; e

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Operadora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.3.

3.2. Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Operadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Operadora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.



- **Nota Explicativa nº 9** – Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.
- **Nota explicativa nº 13** - Intangível. Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, conseqüentemente, das taxas de amortização a serem utilizadas nos cálculos e registros contábeis, com reflexo no resultado do exercício. Realização de testes de perdas por desvalorização (*impairment*) do ágio. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base no valor em uso, calculado a cada exercício ou quando julgar necessário, por consultoria externa especializada contratada pela Operadora, a partir de estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.
- **Nota explicativa nº 14** – Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos de seguros.
- **Nota explicativa no 17 (a)** - Arrendamentos a pagar. A Operadora não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendamento é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.
- **Nota explicativa nº 18** – Provisão para ações judiciais. A Operadora é parte em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As estimativas e premissas são revisadas de maneiras contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5**- Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber: reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes;
- **Nota explicativa nº 6**- Despesas de comercialização diferidas: identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do



exercício;

- **Nota explicativa nº 9** - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa nº 12** - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado: determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período.
- **Nota explicativa nº 13** – Intangível - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, conseqüentemente, das taxas de amortização a serem utilizadas nos cálculos e registros contábeis, com reflexo no resultado do exercício. O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa (UGC) foi determinado com base no valor em uso, calculado por consultoria externa especializada contratada pela Operadora, a partir de estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.
- **Nota explicativa nº 14** - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro.
- **Nota explicativa no 17(a)** - Arrendamentos a pagar. Determinação do prazo de arrendamento e definição da taxa de desconto a ser aplicada aos contratos de arrendamento. A Operadora não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar
- **Nota explicativa nº 18** - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

3.4. Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Operadora requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Operadora estabelece uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos



estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Operadora utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Operadora reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 05 – Instrumentos financeiros.
- Nota explicativa no 17(a) – Arrendamentos a pagar

3.5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS

3.6. Principais políticas contábeis

A Operadora aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária.

3.6.1. Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Operadora atua no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Operadora entende que o mesmo deve atender aos requerimentos do CPC 11 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Operadora adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Operadora e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com



base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde”, no subitem “Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG”, conforme destacado na nota explicativa 13, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com os requerimentos do CPC 11 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Operadora e suas controladas adotam como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos com clientes.

(iii) Receitas de contraprestações

Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Operadora e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – pro rata dia – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

(iv) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

3.6.2. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Operadora compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado.



A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Operadora classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.6.3. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:



- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Operadora espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6.4. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

A Operadora revisa o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.



Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.6.5. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.6.6. Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data de contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.



3.6.7. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Operadora se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Operadora mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Operadora pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.



Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Operadora pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Operadora realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Operadora;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Operadora.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Operadora desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Operadora transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Operadora nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Operadora realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.



Passivos financeiros

A Operadora desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Operadora também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Operadora tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.8. Disponível

O disponível inclui saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

Para efeitos de demonstrações financeiras, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de disponível em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Operadora.

3.6.9. Perda de recuperabilidade sobre créditos

A Operadora constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa – RN 528/22.

A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

Para os créditos não relacionados com planos de saúde, é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.

3.6.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são utilizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração



os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Operadora concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.6.11. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Operadora baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil



da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.6.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Operadora espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para ações judiciais

A Operadora é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos

Se a Operadora possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Operadora reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:



- no custo de cumprir o contrato; ou
- no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

- Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG (Resolução Normativa (RN 574/2023, e RN 528/2022): é calculada pro rata dia, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.*
- Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde): é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria.*
- Provisão para eventos a liquidar: é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.*
- Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa (RN 574/2023, e RN 528/2022): é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.*
- Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS): é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Companhia, a contabilização de 12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22.*
- Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 574/2023): é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.*
- Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC (Resolução Normativa RN RN 574/2023): para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de*



contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A provisão é calculada a partir de metodologia definida no anexo VII da resolução normativa 574, para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da soma dos eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas totais e de comercialização com a dedução dos totais de multas administrativas, divididos pela soma de contraprestações efetivas; (ii) A base de cálculo da provisão será o somatório das contraprestações efetivas dos 12 meses, incluindo a competência do cálculo; (iii) todos os contratos médico-hospitalares na modalidade de preço preestabelecido, contemplando as segmentações individual, coletivo por adesão e coletivo empresarial.

3.6.13. Arrendamento

No início de um contrato, a Operadora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. A Operadora avalia se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Operadora reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Operadora. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo diferido de uso em ambiente econômico similar.

A Operadora é arrendatária de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, a Operadora altera sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão, há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.



Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Operadora aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.6.14. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários

A Operadora concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

- a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
- a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Operadora reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas Demonstrações Financeiras do resultado.

Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Operadora.

3.6.15. Distribuição de dividendos

A Operadora reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.



A distribuição de dividendos para os quotistas da Operadora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Operadora ao final do exercício, com base no Contrato Social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3.6.16. Teste de adequação de passivos (TAP)

A Operadora elabora o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).

O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão.

O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência.

Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Operadora registra a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.

3.6.17. Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor

Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS. São elas:

CPC 50 – Contratos de seguros

Com a emissão do CPC 50, em substituição ao CPC 11 – Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A Operadora está avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na “verticalização” de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.

Esta norma é vigente a partir 1º de janeiro de 2023 e a data de transição 1º de janeiro de 2022, sendo que os efeitos de transição impactam diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.



3.6.18. Informações por segmento

A Operadora possui um atendimento padronizado e uniforme em todas as regiões brasileiras. Assim, direciona sua atuação no setor de saúde suplementar e sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, proporcionando assistências médica e odontológica. Neste sentido, sua operação ocorre em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, o que reflete mais adequadamente a forma com que a Administração da Operadora monitora as operações e a maneira como são tomadas as decisões sobre a continuidade dos negócios.

Embora a Operadora tenha em sua estrutura organizacional diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, estes funcionam como executores dos serviços demandados pelos beneficiários dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes ao Grupo, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo é a ampliação das operações em outras regiões geográficas, gerando ganho de sinergia e fortalecimento da Operadora.

Dentre as informações analisadas pela Administração, são considerados fatores quantitativos e qualitativos da operação da Operadora, utilizados no monitoramento e na tomada de decisões, sendo determinado pelo Conselho de Administração à Diretoria Estatutária, representada pelo Chief Executive Officer (CEO), o recebimento e a análise das informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e sua tomada de decisões, uso de tecnologias e estratégias de marketing para os diferentes produtos e serviços de forma centralizada.

Toda a operação (receitas e despesas) da Operadora é proveniente da prestação de serviços à beneficiários localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes.

4. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	86.306.276,26	81.674.330,42
Aplicações Livres	-	2.301.211,40
	86.306.276,26	83.975.541,82
Circulante	86.197.615,14	83.975.541,82
Não circulante	108.661,12	-



a) Movimentação das aplicações financeiras

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	83.975.541,82	98.046.559,70
Aplicações	71.498.902,43	56.115.212,00
Resgates	(85.969.569,77)	(82.474.791,59)
Resultado financeiro	16.801.401,78	12.288.561,71
Saldo no final do exercício	86.306.276,26	83.975.541,82

5. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O saldo de contas a receber de clientes refere-se às operações com plano de saúde e de serviços relacionados à assistência à saúde, gerado pelas operações da Operadora em 31 de dezembro de 2025, conforme segue

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Contraprestação pecuniárias a receber - individual	1.505.421,63	3.756.610,45
Contraprestação pecuniárias a receber - coletivo	33.961.991,15	32.907.724,60
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis – individual	-	22.361,00
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis – coletivo	2.270.887,95	1.534.839,13
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	316.403,23	-
Subtotal	38.054.703,96	38.221.535,18
(-) Provisão para perdas sobre crédito	(15.703.563,85)	(29.562.139,24)
Total	22.351.140,11	8.659.395,94

a) A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2025			31 de dezembro de 2024		
	Saldo	Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	Saldo líquido	Saldo	Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	Saldo líquido
A vencer:						
De 1 a 30 dias	25.446.554,97	(7.168.256,24)	18.278.298,73	13.122.200,64	(7.589.191,45)	5.533.009,19
Acima de 30 dias	671.856,42	-	671.856,42	-	-	-
Subtotal	26.118.411,39	(7.168.256,24)	18.950.155,15	13.122.200,64	(7.589.191,45)	5.533.009,19
Vencidos:						
De 1 a 30 dias	3.233.981,13	(457.837,39)	2.776.143,74	5.080.013,85	(2.678.138,64)	2.401.875,21
De 30 a 90 dias	1.699.665,53	(941.247,21)	758.418,32	2.298.211,77	(1.529.483,03)	768.728,74
Acima de 90 dias	7.002.645,91	(7.136.223,01)	(133.577,10)	17.721.108,92	(17.765.326,12)	(44.217,20)
Subtotal	11.936.292,57	(8.535.307,61)	3.400.984,96	25.099.334,54	(21.972.947,79)	3.126.386,75
Total	38.054.703,96	(15.703.563,85)	22.351.140,11	38.221.535,18	(29.562.139,24)	8.659.395,94

b) A movimentação do contas a receber é como segue:

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	8.659.396,94	11.456.238,16
Individual	82.064.257,61	57.551.629,90
Coletivo	382.011.009,96-	278.844.125,94
(-) Corresponsabilidade Assumida	365.528,41	43.821,08
Recebimentos	(453.587.462,77)	(340.293.653,75)
Constituição de perda de recuperabilidade s/ créditos	13.858.575,39	5.976.677,14
Perda efetiva com créditos	(11.020.164,43)	(4.919.442,53)
Saldo no final do exercício	22.351.140,17	8.659.396,94

c) Movimentação das provisões para perdas sobre crédito é como segue:

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(29.562.139,24)	(35.538.816,38)
Constituições	(307.447.312,74)	(263.068.883,43)
Reversões	321.305.888,13	269.045.560,57
Saldo no final do exercício	(15.703.563,85)	(29.562.139,24)

6. Despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante e não circulante.

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo inicial do exercício	5.895.983,02	5.356.898,45
Constituições	6.012.240,54	3.686.933,81
(-) Amortização	(4.678.972,49)	(3.147.849,24)
Saldo final do exercício	7.229.251,07	5.895.983,02
Circulante	3.281.157,60	3.547.414,72
Não circulante	3.948.093,47	2.348.568,30

7. Créditos tributários e previdenciários

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Imposto de renda (IR) (i)	14.339.641,17	15.348.084,31
Contribuição social sobre o lucro (CSLL) (i)	2.379.681,26	2.072.035,54
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	1.471,82	
Crédito de previdência social	9.061,36	9.061,36
Crédito de PIS e COFINS	175.614,25	107.457,68
Crédito de Imposto sobre Serviço (ISS)	10,41	10,41
	16.905.480,27	17.536.649,30

(i) Refere-se aos pagamentos das estimativas de IRPJ e CSLL e créditos decorrente de saldos negativos (IRPJ e CSLL), devidamente habilitados na Receita Federal, através das respectivas obrigações acessórias e que são utilizados para compensação de tributos

8. Bens e títulos a receber

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Estoques (a)	9.005.622,80	11.813.074,15
Adiantamento a funcionários	636.891,07	1.233.117,05
Adiantamento de comissões	518,40	-
Adiantamento a fornecedores	2.349.663,15	-
Outros títulos a receber	2.554.170,97	2.794.186,85
Total	14.546.866,39	15.840.378,05

(a) Estoques

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Material cirúrgico	2.990.990,58	4.422.455,22
Medicamentos	6.244.670,76	6.023.162,13
Material de escritório	183.507,45	392.175,26
Material gráfico	-	334.034,49
Material de limpeza	81.557,30	-
Material de laboratório	62.631,46	149.806,75
Material de uso consumo	44.126,23	86.159,92
Outros	(314.354,28)	629.626,19
(-) Compensação	(28.7506,70)	(224.345,81)
Total	9.005.622,80	11.813.074,15



Centro Clínico Gaúcho Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)

**9. Ativo fiscal diferido****a) Movimentação**

	31 de dezembro de 2023	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2024	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2025
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Provisões para ações judiciais	4.857.493,33	444.283,75	5.301.777,07	16.110.474,54	21.412.251,61
Perda de recuperabilidade sobre créditos	12.154.018,81	(1.245.885,75)	10.908.133,06	(4.921.578,07)	5.986.554,99
Provisão de eventos do SUS	14.459.725,39	(10.779.259,94)	3.680.465,45	(3.680.465,45)	-
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial arrendamentos CPC 6 (R2)	5.588.032,65	1.274.282,12	6.862.314,77	1.235.825,29	8.098.140,06
Provisão infrações ANS	159.935,99	62.831,99	222.767,98	3.071.175,23	3.293.943,21
Outras adições/(exclusões)	1.022.988,62	(1.641.895,83)	(618.907,20)	(1.613.958,62)	(2.232.865,82)
Imposto diferido ativo	38.242.194,79	(11.885.643,66)	26.356.551,13	10.201.472,92	36.558.024,05
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:					
Reavaliação de Imóveis	196.216,56	-	196.216,56	-	196.216,56
Imposto diferido passivo	196.216,56	-	196.216,56	-	196.216,56
Total do imposto diferido líquido	38.438.411,35	(11.885.643,66)	26.552.767,69	10.201.472,92	36.754.240,61

b) Expectativa de realização dos tributos diferidos

Abaixo são apresentados os prazos de expectativa para as realizações dos tributos diferidos líquidos da Companhia e suas controladas, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Centro Clínico Gaúcho Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)



	31 de dezembro de 2025
2026	3.675.424,06
2027	3.675.424,06
2028	3.675.424,06
2029	3.675.424,06
A partir de 2030	22.052.544,37
	36.754.240,61

c) **Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado**

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Resultado antes dos impostos	(29.866.353,49)	27.595.137,07
À alíquota fiscal de 34%	10.154.560,00	(9.382.347,00)
Despesas indedutíveis	(355.040,85)	(3.273,45)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	89.102,58	(1.683.520,04)
Outras exclusões (adições) permanentes	134.100,07	(930.385,89)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	10.022.721,80	(11.999.526,38)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – correntes	(178.751,12)	(113.882,72)
Despesa de imposto de renda e contribuição social – diferidos	10.201.472,92	(11.885.643,66)
Alíquota	-34%	-43%

10. Títulos e créditos a receber

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Contas a receber de planos de saúde	333,42	333,42
Bloqueio judicial	-	(24.695,27)
Outros títulos	3.371.608,71	3.296.705,07
	3.371.942,13	3.272.343,22
Circulante	-	-
Não circulante	3.371.942,13	3.272.343,22

Centro Clínico Gaúcho Ltda.*Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025**(Valores expressos em Reais)***11. Outros créditos a receber de longo prazo**

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Partes relacionadas (a)	146.821.986,32	116.278.018,08
Outros créditos	6.033.115,01	7.956.035,56
	152.855.101,33	124.234.053,64
Circulante	-	-
Não circulante	152.855.101,33	124.234.053,64

- (a) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldo a receber no montante de R\$ 146.821.986,32 junto à controladora indireta Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha, decorrente de ajustes financeiros e obrigações contratuais estabelecidos no âmbito da combinação de negócios realizada entre as partes.

A Administração informa que referido montante será liquidado no exercício de 2026, por meio de aporte de recursos na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), a ser oportunamente formalizado entre as partes.

Até a presente data, o saldo não está sujeito à incidência de encargos financeiros e não possui garantias específicas. A Administração entende que não há indicativos de perda na realização desse crédito, considerando a capacidade financeira da parte relacionada e o planejamento societário do grupo Hapvida Notre Dame Intermédica, ao qual a Operadora pertence.

Centro Clínico Gaúcho Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)

**12. Imobilizado****a) Composição**

	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido 31 de dezembro de	
				2025	2024
Imóveis de uso próprio					
<i>Hospitales/Odontológicos</i>					
Imóveis	3,69%	8.765.901,13	(5.793.302,96)	2.972.598,17	3.226.384,91
Terrenos	-	751.195,19	-	751.195,19	751.195,19
		9.517.096,32	(5.793.302,96)	3.723.793,36	3.977.580,10
<i>Não</i>					
Imóveis	3,69%	2.220.838,22	(1.320.633,04)	900.205,18	989.858,29
Terrenos	-	291.369,00	-	291.369,00	291.369,00
		2.512.207,22	(1.320.633,04)	1.191.574,18	1.281.227,29
		12.029.303,54	(7.113.936,00)	4.915.367,54	5.258.807,39
Imobilizado de uso próprio					
<i>Hospitales/Odontológicos</i>					
Instalações	2,2%	122.729.964,18	(2.7084.030,38)	95.645.933,80	92.769.824,78
Máquinas e equipamentos	10,94%	33.843.013,65	(16.029.206,18)	17.813.807,47	19.750.618,94
Móveis e utensílios	10,06%	3.976.543,73	(2.560.416,87)	1.416.126,86	1.697.169,87
Veículos	20,00%	867.872,13	(867.872,13)	-	6.944,31
		161.417.393,69	(46.541.525,56)	114.875.868,13	114.224.557,90
<i>Não</i>					
<i>Hospitales/Odontológicos</i>					
Equipamentos de informática	13,54%	12.959.471,54	(8;281.193,58)	4.678.277,96	5.857.749,51
Instalações	2,2%	418.768,55	(39.496,83)	379.271,72	291.228,83
Máquinas e equipamentos	10,94%	2.163.963,68	(747.531,21)	1.416.432,47	1.232.221,71
Móveis e utensílios	10,06%	1.460.746,74	(411.093,62)	1.049.653,12	681.197,85
		17.002.950,51	(9.479.315,24)	7.523.635,27	8.062.397,90
		178.420.344,20	(56.020.840,80)	122.399.503,40	122.286.955,80
Imobilizações em curso					
Imobilizado em andamento	-	826.205,01	-	826.205,01	5.588.456,21
		826.205,01	-	826.205,01	5.588.456,21
Outras imobilizações					
Imobilizado em andamento	-	1.664.078,80	-	1.664.078,80	203.884,40
		1.664.078,80	-	1.664.078,80	203.884,40
Direito de uso de arrendamento					
Direito de uso de arrendamento	5,91%	183.969.826,33	(46.363.597,00)	137.606.229,33	144.056.670,02
		183.969.826,33	(46.363.597,00)	137.606.229,33	144.056.670,02
Total		376.909.757,88	(109498.373,80)	267.411.384,08	277.394.773,82

Centro Clínico Gaúcho Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)

**b) Movimentação**

	31 de dezembro de 2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Remensuração	31 de dezembro de 2025
Imóveis de uso próprio							
<i>Hospitalares/Odontológicos</i>							
Imóveis	3.226.384,91	-	-	-	(253.786,74)	-	2.972.598,17
Terrenos	751.195,19	-	-	-	-	-	751.195,19
	3.977.580,10	-	-	-	(253.786,74)	-	(3.723.793,36)
<i>Não hospitalares/Odontológicos</i>							
Imóveis	989.858,29	-	-	-	(89.653,11)	-	900.205,18
Terrenos	291.369,00	-	-	-	-	-	291.369,00
	1.281.227,29	-	-	-	(89.653,11)	-	1.191.574,18
	5.258.807,39	-	-	-	(343.439,85)	-	4.915.367,54
Imobilizado de uso próprio							
<i>Hospitalares/Odontológicos</i>							
Instalações	92.769.824,78	-	-	5.183.896,21	(2.307.787,19)	-	95.645.933,80
Máquinas e equipamentos	19.750.618,94	1.535.933,24	(484,88)	15.202,00	(3.487.461,83)	-	17.813.807,47
Móveis e utensílios	1.697.169,87	-	(7.158,91)	17.804,80	(291.688,90)	-	1.416.126,86
Veículos	6.944,31	-	-	-	(6.944,31)	-	-
	114.224.557,90	1.535.933,24	(7.643,79)	5.216.903,01	(6.093.882,23)	-	114.875.868,13
<i>Não hospitalares/Odontológicos</i>							
Equipamentos de informática	5.857.749,51	11.064,08	(13.452,80)	394.429,37	(1.571.512,20)	-	4.678.277,96
Instalações	291.228,83	-	-	120.072,31	(32.029,42)	-	379.271,72
Máquinas e equipamentos	1.232.221,71	25.268,00	-	328.923,52	(169.980,76)	-	1.416.432,47
Móveis e utensílios	681.197,85	415.040,87	-	54.392,96	(100.978,56)	-	1.049.653,12
	8.062.397,90	451.372,95	(13.452,80)	897.818,16	(1.874.500,94)	-	7.523.635,27
	122.286.955,80	1.987.306,19	(21.096,59)	6.114.721,17	(7.968.383,17)	-	122.399.503,40
Imobilizações em curso							
Imobilizado em andamento	5.588.456,21	1.092.541,10	-	(5.854.792,30)	-	-	826.205,01
	5.588.456,21	1.092.541,10	-	(5.854.792,30)	-	-	826.205,01
Outras imobilizações							
Imobilizado em andamento	-	1.720.123,27	-	(56.044,47)	-	-	1.664.078,80
Instalações	203.884,40	-	-	(203.884,40)	-	-	-
	203.884,40	1.720.123,27	-	(259.928,87)	-	-	1.664.078,80
Direito de uso de arrendamento							
Direito de uso arrendamento	144.056.670,02	1.647.148,29	(913.786,63)	-	(10.737.346,47)	3.553.544,12	137.606.229,33
	144.056.670,02	1.647.148,29	(913.786,63)	-	(10.737.346,47)	3.553.544,12	137.606.229,33
Total	277.394.773,82	6.447.118,85	(934.883,22)	-	(19.049.169,49)	3.553.544,12	267.411.384,08

Centro Clínico Gaúcho Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em Reais)

13. Intangível**a) Composição**

	Custo	Amortização Acumulada	31 de dezembro de	
			2025	2024
			Líquido	Líquido
Aquisição de carteira de plano de saúde	11.379.434,20	(10.017.183,47)	1.362.250,73	3.694.714,36
Sistema de computadores	31.628.605,19	(30.396.246,26)	1.232.358,93	4.981.947,30
Ativos intangíveis	15.511,00	-	15.511,00	15.511,00
Outros ativos intangíveis	2.895.119,36	(2.370.985,31)	524.134,05	1.075.962,61
	45.918.669,75	(42.784.415,04)	3.134.254,71	9.768.135,27

b) Movimentação

	Aquisição de carteira	Sistema de computadores	Ativos intangíveis	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.027.177,99	10.127.992,09	15.511,00	1.627.791,13	17.798.472,21
Adições	-	-	-	371.858,87	371.858,87
Transferência	-	371.858,87	-	(371.858,87)	-
Amortização	(2.332.463,63)	(5.517.903,66)	-	(551.828,52)	(8.402.195,81)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.694.714,36	4.981.947,30	15.511,00	1.075.962,61	9.768.135,27
Adições	-	17.317,16	-	-	17.317,16
Amortização	(2.332.463,63)	(3.766.905,53)	-	(551.828,56)	(6.651.197,72)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.362.250,73	1.232.358,93	15.511,00	524.134,05	3.134.254,71

14. Provisões técnicas

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Provisão de prêmio/contraprestação não ganha (PPCNG) (a)	3.127.495,17	2.776.190,06
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais (b)	22.550.644,09	18.090.712,34
Provisão de eventos a liquidar para SUS (c)	73.568.727,66	24.629.405,30
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (d)	22.288.326,67	24.232.972,37
	121.535.193,59	69.729.280,07
Circulante	96.773.999,58	68.370.352,69
Não circulante	24.761.194,01	1.358.927,38

a) Movimentação das provisões técnicas

	PPCNG	Provisões de eventos a liquidar	Provisões SUS	PEONA	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.535.088,18	14.313.279,86	50.062.378,44	27.217.431,87	94.128.178,35
Constituições/(Reversões)	241.101,88	346.161.141,54	(12.504.735,23)	(2.984.459,50)	330.913.048,69
Atualizações monetárias	-	-	(11.784.681,07)	-	(11.784.681,07)
Pagamentos	-	(342.383.709,06)	(1.143.556,84)	-	(343.527.265,90)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.776.190,06	18.090.712,34	24.629.405,30	24.232.972,37	69.729.280,07
Constituições/(Reversões)	351.305,11	401.340.128,10	15.472.595,73	(1.944.645,70)	415.219.383,24
Atualizações monetárias	-	-	34.804.357,96	-	34.804.357,96
Pagamentos	-	(396.880.196,35)	(1.337.631,33)	-	(398.217.827,68)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.127.495,17	22.550.644,09	73.568.728,66	22.288.326,67	121.535.193,59

15. Débitos de operações de assistência à saúde

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Receita antecipada contraprestações	340.675,15	379.820,58
Comissões a pagar (i)	-	27.017,96
	340.675,15	406.838,54

- (i) Comissões relacionadas à venda de planos de assistência médico-hospitalar e odontológica pelos corretores.

16. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Imposto sobre serviços (ISS)		-
Contribuição previdenciária	3.868.523,18	3.813.960,77
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	(888.624,65)	811.408,31
PIS e COFINS	793.631,01	748.102,19
Impostos devidos a recolher	3.773.529,54	5.373.471,27
Imposto de renda - funcionários	699.320,29	747.831,33
Imposto de renda - terceiros	235.763,32	191.748,70
Imposto sobre serviços	(224.586,29)	806.220,27
Contribuição previdenciária retida	101.140,63	98.930,87
Retenções de Impostos e Contribuições	0,15	-
Impostos retidos a recolher	811.638,10	1.844.731,17
Federal	-	63.976,44
Parcelamento impostos, multas e taxas	-	63.976,44
Total	4.585.167,64	7.282.178,88

17. Débitos diversos

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Obrigações com Pessoal	8.490.450,07	7.528.489,79
Fornecedores	8.329.690,6	9.441.249,93
Débitos Aquisição de Carteira (i)	3.370.305,00	3.370.305,00
Recebimento antecipado cliente	1.384.248,52	-
Débitos diversos	6.073,02	-
Contas a pagar - partes relacionadas	4.668.239,27	-
Taxa de Saúde Suplementar	2.078.621,86	-
Passivo de Arrendamentos (a)	161.424.288,32	164.239.948,74
Outros	10.917.242,45	14.290.437,90
	200.669.159,11	198.870.431,36
Circulante	44.689.128,68	44.899.412,83
Não circulante	155.980.030,43	153.971.018,53
	200.669.159,11	198.870.431,36

- (i) Saldo a pagar referente a aquisição de carteira da operadora Multiclínica Serviços de Saúde Ltda. correspondente a 11.472 beneficiários.

(a) Passivo de arrendamento

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	164.239.948,74	149.606.971,82
Novos Contratos	1.647.148,29	9.806.379,56
Remensurações	3.553.544,12	12.014.309,49
Baixas de contratos	(1.034.193,79)	(153.842,00)
Juros incorridos	13.549.971,82	13.116.739,10
Pagamentos	(20.532.130,86)	(20.150.609,23)
Saldo no final do exercício	161.424.288,32	164.239.948,74
Circulante	20.674.123,00	20.236.726,95
Não circulante	140.750.165,00	144.003.221,79

Maturidade dos contratos

	31 de dezembro de	
	2025	2024
	-	20.234.301,00
2026	20.674.123,33	19.620.724,00
2027	20.525.872,08	19.117.954,00
2028	20.127.923,33	18.900.290,00
2029	18.918.225,60	18.313.846,00
Mais de 5 anos	220.378.138,66	217.019.439,74
Valores não descontados	300.624.283,00	313.206.554,74
Juros Embutidos	(139.199.994,82)	(148.966.606,00)
	161.424.288,18	164.239.948,74

18. Provisão para contingências

A Operadora é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis e contingências com a agência reguladora (ANS).

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Trabalhistas	14.996.366,83	11.583.167,66
Tributárias (inclui ANS)	53.359.249,28	46.186.886,95
Cível	4.574.622,83	1.797.556,92
Total	72.930.238,94	59.567.611,53



a) Movimentação

	Tributárias (Inclui ANS)	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	55.752.062,66	9.149.822,78	1.777.262,45	66.679.147,89
Provisão/(Reversão)	2.617.559,04	733.484,97	2.986.021,60	6.337.065,61
Pagamentos	(2.432.759,04)	(51.778,09)	(2.447.156,65)	(4.931.693,78)
Compensação	(9.749.975,71)	1.725.429,35	(578.506,90)	(8.603.053,26)
Atualização monetária	-	26.208,65	59.936,42	86.145,07
Saldo em 31 de dezembro de 2024	46.186.886,95	11.583.167,66	1.797.556,92	59.567.611,53
Provisão/(Reversão)	8.235.012,43	4.466.092,40	3.955.712,66	16.656.817,49
Pagamentos	(3.290.920,00)	(2.732.925,53)	(1.537.462,69)	(7.561.308,22)
Atualização monetária	2.228.269,90	1.680.032,30	358.815,94	4.267.118,14
Saldo em 31 de dezembro de 2025	53.359.249,28	14.996.366,83	4.574.622,83	72.930.238,94

Em 31 de dezembro de 2025, a Operadora apresentou outras ações de naturezas regulatórias, cíveis, trabalhistas e tributárias que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Trabalhistas	62.332.471,70	38.532.005,80
Tributária	40.934.084,51	70.213.541,82
Cível	25.761.039,58	46.664.976,42
	129.027.595,79	155.410.524,04

Depósitos Judiciais

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Tributária (Inclui ANS)	19.188.424,76	17.448.120,77
Trabalhista	7.208.326,30	4.760.261,82
Cíveis	27.834.218,89	16.828.085,70
Depósitos judiciais – SUS	24.761.194,01	-
	78.992.163,96	39.036.468,29

Detalhamos abaixo a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Tributárias (inclui ANS)	Trabalhista	Cíveis	Depósitos judiciais – SUS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.052.635,09	4.686.000,23	3.926.500,20	15.547.875,57	38.213.011,09
Bloqueios judiciais	2.026.458,71	-	616.528,92	-	2.642.987,63
Adições/(baixas)	(260.398,34)	74.261,59	12.285.056,58	(9.299.797,96)	2.799.121,87
Atualizações	1.629.425,31	-	-	(6.248.077,61)	(4.618.652,30)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.448.120,77	4.760.261,82	16.828.085,70	-	39.036.468,29
Adições/(Baixas)	1.012.553,44	1.643.530,59	10.046.334,58	15.936.299,19	28.638.717,80
Atualizações	727.750,55	804.533,89	959.799,61	8.824.894,82	11.316.977,87
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.188.424,76	7.208.326,30	27.834.218,89	24.761.194,01	78.992.163,96

19. Patrimônio líquido**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R\$ R\$ 400.939.508,00 (R\$ 375.939.508,00 em 31 de dezembro de 2024), totalmente subscrito e integralizado, representado por 400.939.508 (375.939.508 em 31 de dezembro de 2024) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

20. Contraprestações líquidas

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Contraprestações líquidas		
Individual	80.059.746,83	74.689.073,49
Coletivo	374.860.166,41	368.749.880,17
Taxa de administração	241.460,69	55.323,63
(-) Corresponsabilidade cedida	(9.564.016,16)	(5.565.495,08)
(-) Corresponsabilidade assumida	166.778,78	-
(-) Abatimentos e deduções	(3.314.819,21)	(3.246.404,65)
	442.449.317,34	434.682.377,56

21. Eventos indenizáveis líquidos

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Eventos conhecidos ou avisados	(400.270.805,10)	(357.559.463,97)
Avisos recebidos do SUS	(38.934.312,86)	(15.325.647,40)
(-) Reversão SUS	23.461.780,82	19.808.410,31
(-) Recuperação de eventos indenizáveis	15.517.320,36	11.398.064,17
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	1.944.645,70	2.984.459,50
Depreciação e amortização	(6.935.440,00)	(6.603.797,88)
Depreciação direito de uso	(10.132.834,82)	(10.151.295,08)
	(415.349.709,90)	(355.449.270,35)

22. Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora, líquida de tributos

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Prestação de serviços médico-hospitalar	8.569.458,28	2.032.269,53
Outras prestações de serviços	763.744,08	3.158.019,45
Outras receitas	1.915.769,80	255,63
	11.248.972,16	5.190.544,61



23. Despesas de Comercialização

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(4.678.972,49)	(3.147.849,24)
Comissões e agenciamentos	(6.155.261,53)	(5.725.752,78)
Pessoal	(3.023.123,16)	(1.662.685,12)
Outros	(106.006,30)	(732.671,48)
	(13.963.363,48)	(11.268.958,62)

24. Despesas Administrativas

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Pessoal (i)	(7.752.951,73)	(10.539.221,65)
Serviços de terceiros	(3.524.627,16)	(7.289.690,28)
Provisão para contingências	(9.832.685,35)	(4.158.859,78)
Localização e funcionamento	(1.450.108,41)	(4.645.519,44)
Depreciação e amortização	(8.027.580,74)	(9.866.222,43)
Depreciação direito de uso	(604.511,65)	(639.747,84)
Taxas, emolumentos, multas e juros	(106.254,50)	(1.589.350,59)
Publicidade e propaganda	-	(304,15)
Tributos	(276.235,23)	(760.660,99)
Outras	(961.616,14)	(744.428,48)
	(32.536.570,91)	(40.234.005,63)

25. Resultado financeiro

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras (i)	12.845.502,75	11.879.864,51
Variação monetária ativa	10.043.079,45	13.370.544,44
Juros recebidos	1.501.527,27	1.400.029,90
Descontos obtidos	108,38	196,26
Outras receitas	466.664,21	(4.292,50)
	24.856.882,06	26.646.342,61
Despesas financeiras		
Juros arrendamento mercantil	(13.549.971,82)	(13.116.739,10)
Variação monetária passiva	(8.104.286,60)	(3.379.267,67)
Tarifas bancárias	(1.154.074,61)	(919.349,18)
Multas e juros	(85.308,73)	-
Descontos concedidos	(324.709,85)	(4.760,30)
Parcelamento Ressus-Refis	(5.433.325,62)	6.923.150,76
Outras despesas	2,44	(135,29)
	(28.651.674,79)	(10.497.100,78)
Resultado financeiro líquido	(3.794.792,73)	16.149.241,83

26. Gerenciamentos de riscos

A Operadora opera com planos de saúde, rede próprias (hospitais e pronto atendimento) e odontológicos, destinados a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e



clientes individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Operadora são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a) Risco de mercado

A Operadora possui uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas: (i) limitar a exposição a Riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às Aplicações Financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Operadora; (ii) manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa; (iii) não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de hedge para passivos financeiros ou operacionais; (iv) investir por meio de entidades da Operadora e suas controladas ou, indiretamente, por meio de fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de: a) títulos públicos federais; b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira (CDBs, LFT, NTN e demais produtos de renda fixa); c) títulos ou valores mobiliários emitidos por companhias abertas (debêntures, CRI, afins); d) compromissadas lastreadas nos ativos mencionados anteriormente; e e) alocação dos Ativos Garantidores, ou Aplicações Financeiras Vinculadas, deverá seguir os limites de concentração de acordo com a RN ANS 521 e atualizações posteriores.

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

O risco de mercado também contempla o acompanhamento pela Operadora do risco de taxa de juros de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contratações de instrumentos de proteção.

b) Risco de subscrição

Política de precificação

Empresas que operam negócios de planos de saúde e odontológicos estão expostas a riscos relacionados à volatilidade dos custos. Os planos odontológicos são menos sensíveis que os planos de saúde, devido à menor frequência de uso e menor complexidade dos tratamentos.

Quando a Operadora desenvolve um novo produto, são analisadas diversas variáveis para definir o preço desse produto, como a área demográfica onde o produto será oferecido, a frequência dos beneficiários para aquela área com base em dados históricos e os custos dos principais inputs da área na qual o produto será vendido (médicos, profissionais de saúde, preço de mercado dos principais procedimentos). Com base nessas análises, a Companhia e suas controladas determinam o preço dos planos de saúde e odontológico.

Cada empresa de médio e grande porte possui sua taxa de sinistralidade calculada anualmente, quando a Operadora está negociando os reajustes de preço de planos de saúde e/ou odontológico (clientes individuais são regulados pela ANS). Com base nos resultados



históricos de utilização da rede de atendimento controlada por biometria, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, é determinado o aumento de preço desse contrato. Essa prática mitiga o risco do cliente de trazer perdas constantes para a Operadora.

Em relação a planos individuais, o preço dos produtos considera um valor adicional porque esse tipo de cliente historicamente tem maior uso da rede de serviços.

Apuração das provisões técnicas

A apuração das provisões técnicas é realizada mensalmente pela equipe atuarial, sendo acompanhada pela equipe de Controladoria na mensuração da necessidade de ativos garantidores no encerramento de cada trimestre, de acordo com os critérios previstos no art. 2º. da RN nº 521/22, para cumprimento obrigatório de exigências do órgão regulador do setor. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas avaliam, a cada data de balanço, se seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos, realizando os testes de adequação de passivos. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a insuficiência de provisão técnica deve ser reconhecida no resultado do período/exercício. A Operadora não registra ajustes decorrentes dos testes de adequação de passivos.

A nota explicativa 14 apresenta as provisões técnicas, suas naturezas e a composição de cada obrigação relacionada ao SUS, devido as suas particularidades previstas pela regulação.

a) Risco de operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas aplicáveis a cada risco avaliado.

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24 horas que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades de rede própria da Operadora. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.



b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Operadora está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito para a Operadora é considerado como baixo pela Administração, principalmente para a operadora de planos de saúde em que as mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte do risco do contas a receber da Companhia e suas controladas é relacionado ao período de cobertura. Para reduzir o risco de pagar os custos do tratamento sem o recebimento, a Operadora adota a prática do cancelamento dos planos em atraso, conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A Operadora estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Operadora avalie não ser possível recuperar o montante devido.

De forma geral, a Operadora mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Companhia e suas controladas cancelam os planos de acordo com as regras da ANS.

Ativos financeiros

A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos de saúde e planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está em acordo com a Resolução Normativa nº 528/2022 da ANS e em acordo com as deliberações do CPC 01 – Redução ao valor recuperável e do CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Operadora procura priorizar seus ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras em instituições que possuam rating mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências Standard & Poor's ou Fitch (entre AAA e BBB-) e obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A Operadora trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de *rating*:

Emissores	31 de dezembro de		Standard & Poors		Rating Nacional(*)	
	2025	2024	CP	LP	CP	LP
Banco Santander (Brasil) S.A.	86.306.276,26	26.030.077,48	brA-1+	brAAA	BR-1	Aaabr
Itaú Unibanco S.A.	-	57.945.464,34	brA-1+	brAAA	BR-1	Aaabr
	86.306.276,26	83.975.541,82				



(*) Última divulgação. Escala Nacional

Disponível

A Operadora detinha saldo de R\$ 9.144.545,84 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 22.528.384,57 em 31 de dezembro de 2024), composto majoritariamente por saldos em caixa e bancos. Os saldos são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem *rating* conforme lista divulgada pela Fitch, Standard&Poors e Moody's, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

27. Seguros

A Operadora adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Item	Tipo de cobertura	Valores Segurados
Prédios	Roubo, incêndio e outros	118.639.970,41
Frota de veículos	Roubo, acidentes e outros	Valor de mercado FIPE

28. Conciliação do fluxo de Caixa

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Resultado Líquido	(19.843.631,69)	15.595.610,69
Depreciação e amortização	25.700.367,21	27.261.063,21
Receitas de aplicações financeiras	(16.801.401,78)	(12.288.561,71)
Provisão/(Reversão) de perdas com créditos de liquidação	(13.858.575,39)	(5.976.677,14)
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	11.020.164,43	4.919.442,53
Amortização de despesas de comercialização diferidas	4.678.972,49	3.147.849,24
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(10.201.472,92)	11.885.643,66
Atualização monetária - depósito judicial	(11.316.977,87)	4.618.652,30
Atualização monetária - provisão para ações judiciais	4.267.118,14	86.145,07
Provisões para ações judiciais	9.832.685,35	4.158.859,78
Variações de provisões técnicas	(1.944.645,70)	(2.984.459,50)
Juros sobre arrendamentos	13.549.971,82	13.116.739,10
Baixa de imobilizado/intangível	21.096,59	10.151,52
Baixa de direito de uso e arrendamento	913.786,63	144.557,79
Outros	(1.647.148,29)	(9.806.379,56)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(980.688,42)	(7.689.688,42)
(Aumento)/redução dos ativos operacionais	(77.956.591,80)	(23.957.708,43)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	55.722.525,78	(28.167.455,77)
Caixa gerado/(consumido) pelas atividades operacionais	(28.944.445,42)	(5.926.215,64)

29. Transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações que a Operadora tem com as partes relacionadas de empresas do grupo Notre Dame Intermédica

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Ativo		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	1.435.126,22	29.471,74
INCORD – Instituto de Neurologia do Coração de Divinópolis Ltda.	1.420,36	-
Clinipam – Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	1.237.029,22	616.237,39
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	77.261,80	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	433.838,09	276.181,22
HB Saúde S.A.	204,95	-
	<u>3.184.880,64</u>	<u>921.890,35</u>
Passivo		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	5.120.250,36	1.031.965,61
INCORD – Instituto de Neurologia do Coração de Divinópolis Ltda.	131,76	131,76
Bioimagem Diagnóstico por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	185.280,00	185.280,00
Clinipam – Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	1.706.224,18	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	320,83	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	6.694.895,41	4.894.223,97
	<u>13.707.102,54</u>	<u>6.111.601,34</u>
Transações de resultado		
Receitas		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	17.636.808,83	21.920.495,09
Clinipam – Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	3.275.399,54	6.255.106,58
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	1.770,37	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	2.262.221,26	1.691.885,56
HB Saúde S.A.	204,95	-
	<u>23.176.404,95</u>	<u>29.867.487,23</u>
Custos/Despesas		
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	25.229,36	239.373,02
Clinipam – Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	1.430.074,29	1.438.644,36
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	53,47	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	7.883.713,22	4.338.185,31
	<u>9.339.070,34</u>	<u>6.016.202,69</u>

30. Patrimônio líquido ajustado e capital baseado em risco

A ANS estabelece critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a RN no 569/2022.

- Capital base (CB) é representado pelo valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.
- Capital baseado em riscos (CBR) define o montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional.



- c) Capital regulatório (CR) é o limite mínimo de patrimônio líquido ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital.
- d) Risco de subscrição é a medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operação no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões técnicas e relativas à precificação.
- e) Risco de crédito é a medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.
- f) Risco de mercado é a medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.
- g) Risco operacional é a medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

	31 de dezembro de	
	2025	2024
Capital de referência	12.328.082,05	11.701.894,34
(x) Fator k	6,26%	6,26%
Patrimônio mínimo ajustado	771.737,94	732.538,59
Patrimônio líquido	303.259.804,06	277.031.686,06
(-) Despesas de comercialização diferida	(7.229.251,07)	(5.895.983,02)
(-) Despesas antecipadas	(605.327,85)	(120.054,59)
(-) Ativo não circulante intangível	(3.134.254,71)	(9.768.135,27)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	292.290.970,43	261.247.513,18
Capital baseado em risco (CBR)	114.063.064,34	94.531.043,03
Risco de subscrição	38.754.064,02	38.332.903,17
Risco de crédito	25.763.891,85	18.683.393,19
Risco operacional	19.447.778,92	13.520.173,58
Risco de mercado	61.640.052,20	50.794.140,70
(-) Benefício da diversificação em riscos	(31.542.722,65)	(26.799.567,62)
Suficiência exigida (PLA – CBR)	178.227.906,09	166.716.470,15

Fernando Miguel Augusto
Diretor de Contabilidade - CRC SP 319932/O-0

Emanuel Oliveira Jorge de Lima
Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas
Gerente Contábil – Demonstrações Financeiras